



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25 de novembro de 2011

OBSERVAÇÕES

:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sob a presidência deste Vereador, Relator do PL 479/11, que versa sobre o Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 49ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo, sendo a 14ª audiência pública temática do calendário elaborado para discutir esse PL, de autoria do Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2012”.

Para debater esse projeto, foi convidado o Sr. Mauro Ricardo Machado, Secretário Municipal de Finanças. Esclareço que, aqueles que quiserem formular questões, deverão se inscrever na Secretaria da forma regimental por tempo não superior a três minutos, a menos que sejam Parlamentares ou membros da Comissão.

Suspendo a sessão por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, obrigado por nos ter atendido, principalmente pelo calendário da Câmara Municipal de São Paulo ter uma dinâmica complicada. Convidamos V.Exa. para comparecer no dia de hoje exatamente porque na terça-feira, dia 5, votaremos o relatório na Comissão. Por isso que, anteriormente a esse período, temos de construir uma posição dentro da Comissão e dentro desta Casa, com todos os dados já compilados para, assim, ver o que é possível atender, para depois preparar a peça alternativa para que no dia 6 esteja votada. Para tanto, tenho de construir isso no período anterior. Por isso que só tínhamos o dia de hoje e o final de semana para compilar as audiências públicas, onde foram feitos pleitos dos Srs. Vereadores e dos Srs. Secretários, assim como da sociedade como um todo.

Evidentemente, como convidamos V.Exa. para esta audiência, V.Exa. também estará presente no debate do dia 12, quando já terei preparado o segundo relatório. Este, então, é um debate temático. A esta altura, a confecção da peça orçamentária em si estará já elaborada, porque será votada no plenário no dia 6; dias 7 e 8 serão recebidas as emendas

dos Srs. Parlamentares, e dias 9, 10, 11 e 12 serão dedicados para compilá-las e acolhê-las ou não. A votação se dará no dia 13, e no dia 14 será publicada. Dia 15, então, poderemos votar no plenário para encerramento dos trabalhos. Essa, então, será a dinâmica do calendário.

Explico isso a V.Exa., porque, apesar de saber das muitas atribuições que V.Exa. tem, estamos com o tempo muito exíguo e temos muitas dúvidas em relação à receita e precisamos esclarecê-las publicamente.

Passo a palavra ao Sr. Secretário para fazer algum esclarecimento em relação à receita de 2011 e suas previsões para 2012, pelo tempo que achar necessário.

Em seguida a Relatoria retomará o trabalho para formular questões. Tem a palavra V.Exa.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Boa tarde. Primeiramente, em nome do Vereador Milton Leite, agradeço à Comissão de Finanças pelo convite para estar aqui hoje para discutir um tema tão importante como é o Orçamento do Município, que, a meu ver, é a peça mais importante que é analisada pelo Parlamento, porque é a partir dele que se definem todas as prioridades em termos de aplicação de recursos arrecadados da própria sociedade que retornam a ela na forma de benefícios, de prestação de serviços que a Prefeitura faz, além de todos os investimentos que são realizados em benefício da nossa população.

Cumprimento todos os assessores da Secretaria de Finanças aqui presentes, assim como os assessores da Câmara, além das pessoas que aqui compareceram.

Vamos, então, começar a falar sobre o Orçamento de 2011. Ao chegarmos à Prefeitura, em janeiro de 2011, constatamos que a nossa peça orçamentária tinha alguns problemas; problemas em relação à superestimativa de receitas e problemas em relação a despesas de manutenção, e mesmo de pessoal, que não estavam incluídas na peça orçamentária para 2011. Então, eu diria que o Orçamento já saiu da Prefeitura com uma previsão otimista de receita adicional, que não está se concretizando neste exercício, da ordem de 1 bilhão e 300 milhões de reais. Quer dizer, a peça orçamentária já saiu da Prefeitura dessa

forma. Aqui ela sofreu mais algumas intervenções, e a receita foi aumentada em aproximadamente 1 bilhão de reais. Então, temos em torno de 2 bilhões e 300 milhões de reais.

Tivemos várias despesas que, infelizmente, foram subestimadas também no Orçamento de 2011, como despesas de pessoal, de dívidas, de pagamento de Pasep, de compromissos inadiáveis no Orçamento de 2011, como, por exemplo, também, as despesas relativas a precatórios, para os quais estávamos destinando em torno de 1,5% da receita líquida real. Por solicitação do Tribunal de Justiça, houve um aumento desse comprometimento para 2,55%, o que também levou a dotação orçamentária consignada a 2011 ser inferior àquela necessidade de recursos. Todas essas despesas, que não estavam previstas no Orçamento, montam aproximadamente 1 bilhão de reais.

Nós tivemos ainda... Até dezembro de 2010, a Prefeitura avançou em recursos de outras fontes utilizando-se desses recursos para a cobertura de recursos do Tesouro, o que nos levou a ter um superávit financeiro negativo na fonte do Tesouro de mais de 500 milhões de reais. Somado isso tudo, iniciamos o ano com 3,8 bilhões, quase 4 bilhões de receita para poder equacionar.

Como equacionar 4 bilhões de receita? Nós – Secretaria de Finanças e Secretaria de Planejamento, sob a coordenação do Prefeito Kassab e com o envolvimento também de outras Secretarias – estamos fazendo um grande ajuste fiscal no orçamento de 2011, com várias medidas para ampliação de receitas, medidas de natureza tributária e de natureza não tributária. Algumas delas, inclusive, tiveram oportunidade de ser apreciadas e aprovadas por esta Casa, o que nos permitiu alavancar recursos significativos no orçamento de 2011, de receita tributária e também de receitas não tributárias.

Nosso ajuste fiscal está se dando de maneira que se possa ampliar, significativamente, receitas tributárias e não tributárias e também que se possa fazer um contingenciamento significativo de recursos de tal forma que possamos chegar ao final do ano

com equilíbrio entre as nossas receitas e as nossas despesas. Fizemos um contingenciamento no início do ano em torno de 5,6 bilhões de reais, o que correspondeu a aproximadamente 17% de todo o orçamento aprovado.

Essa é a nossa situação em 2011. Nós não executaremos o orçamento todo autorizado no exercício, até por conta de todas essas medidas, pela maneira como foi elaborado o orçamento e pelas estimativas otimistas de receita que não estão se concretizando, assim como pelas despesas que estavam fora do orçamento, que precisavam ser incorporadas ao orçamento de 2011.

Ao terminarmos o ano – analisando somente a Administração Direta –, para um orçamento de 33 bilhões de reais, nós provavelmente só conseguiremos auferir receitas de 29,7 bilhões. Essa é a estimativa de ingresso de receita. Se considerarmos também a Administração Indireta, de um orçamento de 35,6 bilhões de reais, nós conseguiremos auferir receitas da ordem de 31,9 bilhões de reais. Ou seja, não executaremos todo o orçamento de 2011 por falta de disponibilidade financeira para tal.

Em relação ao orçamento de 2012, nós trabalhamos sobre um cenário econômico que não previa, logicamente, a situação econômica mundial por que estamos passando hoje. Naquela oportunidade, estávamos com previsão de PIB de 4,1%, com uma Selic média da ordem de 12,7% e um IPCA, no ano de 2012, da ordem 5,2%. Foi dessa forma que estabelecemos as previsões de receita para o exercício de 2012, aquelas receitas que têm um comportamento semelhante ou que acompanham esses parâmetros estabelecidos.

Se olharmos as previsões para 2012, elas já são bem diferentes das previsões que fizemos em julho de 2010. Hoje, em vez de um PIB de 4,1%, já estamos trabalhando com um PIB de 3,5% para 2012; para o IPCA, em vez de 5,2%, um índice de 6,48%; e estamos trabalhando com uma Selic média de 10,12% em vez de 12,7%. Então, hoje a previsão de cenário econômico para 2012 é bem diferente daquela que estabelecemos em julho e agosto e que subsidiaram a elaboração da proposta orçamentária para 2012. O cenário econômico para

2012 é pior do que o cenário econômico que previmos em julho, quando elaboramos a proposta orçamentária.

Já vimos acompanhando o comportamento das nossas receitas tributárias. Agora no mês de novembro já tivemos, infelizmente, as transferências de recursos oriundos do ICMS, com uma queda de 7% em novembro em relação a novembro do ano passado; então, o crescimento de receita de ICMS em relação ao ano passado já está caindo significativamente no acumulado. Estamos caindo a previsão de receita de ICMS, estamos caindo a arrecadação de receita de ISS, estamos caindo a arrecadação de receita do ITBI. Todas essas receitas são receitas que têm, como base de cálculo, a atividade econômica. Se a atividade econômica vai diminuindo, essas receitas, que têm ligação direta com a atividade econômica e o faturamento das empresas, tendem a cair em 2011 e essa queda logicamente tende a se agravar em 2012.

Esse é um cenário muito ruim, que nós já estamos observando nas receitas tributárias – sejam as transferidas pelo Estado, relativas a IPVA e ICMS, sejam as receitas próprias da Prefeitura, como o ITBI, o ISS e o IPTU, que foi lançado em janeiro e têm um crescimento de acordo com o IPCA. Observamos também um crescimento do nível de inadimplência do IPTU, em especial no mês de outubro, por conta da greve dos Correios, e ainda não conseguimos recuperar esse dinheiro perdido no mês de setembro e no mês de outubro. Porque, como fazemos a entrega dos boletos mensalmente para o pagamento do IPTU, os boletos não foram entregues pelos Correios e, conseqüentemente, as pessoas não pagaram. E quando acumula mais de um pagamento, já observamos a dificuldade de as pessoas cumprirem com os compromissos passados.

Então, a situação não é boa para 2011, e o cenário para 2012 não é nada confortável em virtude das expectativas em relação à economia mundial e, logicamente, com reflexos na economia brasileira.

As receitas previstas para 2012 com base naquele cenário anteriormente estabelecido e que levou em consideração o que estava ocorrendo ainda em junho e julho de

2010 nos levaram a fazer um orçamento da ordem de 38 bilhões de reais, representando, em relação ao orçamento de 2011, um crescimento de 6,8%.

Se considerarmos em relação à provável execução de 2011, temos uma proposta orçamentária que significa incremento de receita da ordem de 19,3%. O que tem de incerteza em relação à receita prevista no orçamento de 2011. Quer dizer, se chegarmos a ter um cenário catastrófico na economia mundial e com reflexo ao Brasil, teremos que fazer grandes contingenciamentos no orçamento de 2011 para analisar o comportamento dessa receita no exercício de 2012. Teremos que fazer um grande contingenciamento no início de 2012 para poder ajustar a despesa à real possibilidade de receita.

Incluimos na proposta orçamentária 3 operações que ainda não se concretizaram, pois estão em fase de operacionalização. Colocamos na proposta orçamentária em torno de R\$ 235 ou R\$ 237 milhões – se não me falha a memória – de operação relativa a uma parceria público privada de criação de uma *clearing* para administrar o bilhete único integrado Estado - Prefeitura, onde esse concessionário privado que ganhar essa concessão, terá de indenizar a Prefeitura em R\$ 237 milhões, ou seja, os investimentos realizados na elaboração do *software* para administração do sistema único. Esses são os R\$ 237 milhões.

Além disso, também previmos uma operação de alienação de recebíveis do nosso contrato de programa, efetuado com a Sabesp, da ordem de R\$ 300 milhões. Essa é a capacidade adicional que a Prefeitura tem de investimentos nessa área de saneamento. Recebemos a previsão - vamos dizer ordinária - de recebimentos de recursos da ordem de R\$ 320 ou R\$ 330 milhões e nós acrescentamos mais R\$ 300 milhões, oriundos de uma operação de crédito que poderia ser feita e, aliás, estamos trabalhando na sua estruturação de alienação de recebíveis futuros para antecipação de obras já no exercício de 2012.

Previmos também na proposta orçamentária uma outra operação financeira da ordem de R\$ 500 milhões. Trata-se de uma operação em relação à alienação de recebíveis da Prefeitura. A Prefeitura tem recebíveis do programa de parcelamento incentivado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Perdão, Sr. Secretário, 500 o quê? Só para corrigir.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO - São R\$ 500 milhões. São de recebíveis da Prefeitura do programa de parcelamento incentivado, também é uma operação que hoje estamos em fase de estruturação. Isso também, se o cenário econômico mundial – e no Brasil – estiver muito ruim, dificilmente essas operações serão concretizadas até porque num cenário muito ruim, ou não haverá disponibilidade financeira privada para adquirir esses títulos, ou o interesse da iniciativa privada terá de ser despertado com uma taxa de juros da Prefeitura que não compensaria fazer uma operação dessa natureza.

Então, também são receitas alocadas ao Orçamento de 2011, mas ainda incertas e que, logicamente, dependem do comportamento da economia em 2012. Em 2011, é o que está acontecendo agora, sinaliza que em 2012, não teremos um bom ano ao que se refere ao nosso comportamento da receita. Temos de ter criatividade, muito empenho na melhoria da eficiência da administração dos recursos, seja na arrecadação ou na sua aplicação para que o impacto das receitas municipais em virtude de cenário econômico mundial seja o menor possível. Esse é o nosso grande desafio para o nosso orçamento de 2012. São essas minhas considerações iniciais. Estarei a disposição dos senhores para prestar esclarecimentos que puder, em relação a dúvidas, que eventualmente os senhores têm.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário observei as explicações de V.Exa., devo confessar, especialista e muito bom no assunto, mas vamos reparar alguns dados. Na fala das receitas de 2011, o senhor disse que a Câmara Municipal de São Paulo majorou os impostos, que não está se confirmando. Nas receitas IPTU, ITBI, ISS, ICMS, a proposta enviada a esta Casa era originária de 18,37 milhões. A Câmara majorou em mais um bilhão, elevando a previsão para 19,42. Observados os números que o deu, observamos que devemos chegar a 19, 32. Diferença de 100 milhões, não fechada, evidentemente, novembro e dezembro porque não temos isso fechado. O senhor afirmou que a Câmara majorou em um

bilhão e está se confirmando. Majoramos nessas receitas - insisto - IPTU, ITBI, ISS e SMS. O senhor forneceu os dados todos aqui nas respostas formuladas e a Câmara Municipal de São Paulo acertou, diria, 100% dos números. A Câmara acreditou no Executivo, a proposta orçamentária, recebeu uma proposta. Deve se confirmar pelos dados até aqui, em 19.320. Na verdade novembro, dezembro são meses de picos, que servem para enganar o orçamento do ano todo, a nível de comportamento fixo de receita, principalmente de ISS e SMS, dado o advento do Natal, as pessoas veem para São Paulo para comprar e acabam usando os serviços, como os eventos como de Formula 1. Então tem ISS um pouco a típico, ele deve se confirmar essas receitas todas que mencionamos nessa proposta. Esse número, me parece de que há um equivoco na afirmação quando a Câmara Municipal de São Paulo, mexeu, mexeu errado. Não, ela mexeu certo. Concordo com V.S^a. que a base pode ser de problemas outros. A Câmara fez uma análise das receitas. O senhor mencionou um bilhão, os nossos números estão dando na verdade, 880 milhões. São 360, 320 e 220 milhões. Não são um bilhão, há um pequeno reparo nesses números que o senhor mencionou. Tomei o cuidado de ver esse número, para que hoje, pudéssemos tentar chegar a alguma coisa para 2012. A super estimativa de receita que o senhor mencionou deve estar se dando em outras fontes, como alienação de bens, transferência na 02, 03, o senhor deve estar subsidiando e4 o déficit que foi provocado nesses 80 milhões, que é PASEP, IPREM, e precatórios que de fato o senhor teve uma conta maior a pagar no Tesouro. Correto?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Com relação a um bilhão de reais, quero dizer que, não é que a Prefeitura do Município de São Paulo mandou uma proposta orçamentária de um bilhão de reais a menos do que poderia mandar em termos de estimativa de ISS, IPTU, ICMS, tal, que a Câmara Municipal de São Paulo fez um aporte, a Câmara Municipal de São Paulo aportou um bilhão de reais e consertou o que a Prefeitura do Município de São Paulo mandou de errado em relação a estimativa de receita. O que nós fizemos este ano em termos, e com o apoio aqui da Câmara Municipal de São Paulo no sentido de aprovar

os projetos que foram aprovados que nos deram instrumentos para que pudéssemos melhorar a administração tributária, para que pudéssemos compensar eventual perda de receitas que não estavam se concretizando em vários itens de receitas com ampliação da receita tributária. A nossa receita tributária será maior do que inicialmente, enviada pelo Executivo, e considerarmos ainda o programa de parcelamento, incentivado, ela será maior no seu conjunto do que a proposta do que o orçamento, enviado nesses itens específicos, não pode analisar o comportamento da receita total do orçamento analisando apenas quatro itens. Olha se isso aqui vou arrecadar mais...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não disse isso. Eu disse que a Câmara Municipal de São Paulo, o senhor fez menção de que a Câmara Municipal de São Paulo subiu em um bilhão, o que não estava se confirmando. Como a Câmara Municipal de São Paulo só mexeu nesses itens, é por isso que fiz menção desse, reconhecendo que há problema, já mencionei, nas outras fontes que o senhor teve problemas, mas nessas fontes em que a Câmara Municipal de São Paulo majorou, que entendeu que havia um equívoco por parte do Executivo. a proposta original a Câmara Municipal de São Paulo acertou em 100%. No orçamento enviado para a Câmara Municipal de São Paulo, de 2011, aquilo que ela majorou a nível de receita tributária, ela acertou. Sugestão do Executivo, fazer alienações de bens, vão fazer a previsão, e essa receita está vinculada e assim outras fontes. Tínhamos todas expectativas negociadas com o Executivo.

Então, o que foi lançado a maior em 2011 de outras receitas não foi por alteração na Câmara, por isso fiz a menção, foram apenas quatro itens, de livre arbítrio, que o Executivo posicionou-se contra e nós já dissemos: “Não. Aqui, há a possibilidade de aumentar e, pelo que estamos vendo, nós acertamos”. Mas não vamos insistir nisso, Sr. Secretário, senão ficaremos até mais tarde aqui. Mas esses números são claramente comprovados.

Eu queria que o senhor confirmasse os valores do PASEP, do Iprem e dos precatórios. O valor é de 880 milhões que o senhor está pagando a mais, não previsto?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Não, tem mais. Aproximadamente 1 bilhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O valor de 880 milhões é quase 1 bilhão.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Aproximadamente, quase 1 bilhão, que estava fora do orçamento e teve de ser consignado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Extrapolou. O senhor gastou a maior.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Não é que gastou a maior, é que existem despesas que não estavam sendo consignadas no Orçamento de 2011: PASEP, dívida, pagamento de aposentadorias e pensões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Que é o Iprem aqui.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – É. São várias outras despesas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Chegou na casa de 1 bilhão. O que ocorreu? De precatórios, 220; Iprem, 300; PASEP, 360. Nós chegamos a 880 milhões. O que houve com essas previsões? O que aconteceu que fomos surpreendidos com essa diferença, que não é pequena?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Eu acredito que, no que se refere a aposentadorias e pensões, foram os projetos que foram aprovados, em termos de reajuste salarial aos servidores, que não foram consignados adequadamente na proposta orçamentária do Iprem. Imagino eu, como não estava aqui, que foram projetos, aprovados no final ou no segundo semestre de 2010, que tinham um impacto na folha dos inativos, não somente na dos ativos, e que não foram orçados adequadamente; ou porque a proposta orçamentária já estava aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor está dizendo que foi na transição. É possível que essa diferença aconteceu um pouco antes da confecção da peça orçamentária.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Acredito que sim, principalmente na área de educação. Então tem impacto no orçamento de 2011, dos inativos, e não teve o

correspondente, aporte de recursos.

No que se refere a pagamento de precatórios, foi por conta da questão da decisão ou da interpretação do Conselho Nacional de Justiça de que os precatórios deveriam ser todos liquidados em 15 anos; e se a Prefeitura continuasse a portar 1,5% ao ano em relação à sua receita corrente líquida seria insuficiente para quitar os precatórios em 15 anos.

Essa é a interpretação do Conselho Nacional de Justiça, da qual registro minha discordância, porém, é um assunto que hoje está sendo discutido no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Isso obrigou a Prefeitura a ampliar o aporte de recurso de 1,5% para 2,55%, onerando significativamente as necessidades de recurso de 2011 com relação ao pagamento de precatórios.

Para os senhores terem uma ideia, somente a título de exemplificação do que está acontecendo com essas discussões com o Tribunal de Justiça, recentemente nós recebemos outra solicitação do Tribunal de Justiça de São Paulo ordenando-nos ampliarmos os nossos aportes de recursos e precatórios para 4,43% das nossas receitas. Além disso, estamos transferindo e não estão sendo pagos os precatórios.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, com base em que lei estão fazendo isso?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Eles estão baseados nessa interpretação do Conselho Nacional de Justiça de que se paguem os precatórios em 15 anos.

A Emenda Constitucional não diz isso. A Constituição estabelece o seguinte: você tem de escolher qual o aporte de recursos que fará no precatório. Ou escolhe 1,5% da receita corrente líquida para pagamento dos precatórios, ou escolhe 1/15 de aporte de recursos por ano para pagamento do precatório.

Porém, o Conselho Nacional de Justiça arvorou-se o direito de interpretar a Constituição sob o ponto de vista da incompetência legal. Para esse assunto, já tem a ação judicial discutida no Supremo Tribunal Federal em relação à competência do Conselho

Nacional de Justiça para isso. E os Tribunais de Justiça estão fazendo contas: “Ah, eu acho que os dois e tanto que você paga é insuficiente. Passa para quatro, cinco, seis...”.

Então, é essa discussão que estamos tendo sobre o aumento do aporte de recursos de precatório de 1,5% para 2,55%. E agora, eles querem 4,3%, e nós estamos na briga com eles em relação a essa questão.

A dívida e o PASEP, a estimativa que foi feita foi inadequada, por isso, fizeram a correção. Havia outras dotações que foram alocadas ao Orçamento de 2011 em volume de recurso insuficiente para o seu atendimento.

Um exemplo que houve logo no início do ano: a Fórmula Indy. Os recursos que estavam alocados ao Orçamento eram insuficientes para fazer todas as obras necessárias para o recebimento da Fórmula Indy. Essa foi uma das primeiras suplementações que precisamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só um parênteses sobre a Fórmula Indy: O senhor tem um estudo conclusivo a respeito da Fórmula Indy já realizada de qual o impacto na receita a maior que justifica esse meio? Porque investimos na Fórmula Indy acreditando que o evento acrescente às receitas da Cidade, como a Fórmula 1.

Está se pagando tributo? Quais os elementos técnicos que justificam esse patrocínio? Ou estamos perdendo no momento e investindo para o futuro?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Eu acho que é uma questão de divulgação da Cidade. Esses eventos sempre são grandes oportunidades de se divulgar a Cidade, suas oportunidades; e, a médio ou a longo prazo, consegue-se atrair pessoas para cá a fim de turismo ou negócios.

É claro que gera um movimento econômico na Cidade, mas muito pouco em relação à questão do ISS.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Paga a conta?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Se for analisar ISS, não paga a conta.

Mas o movimento econômico, as pessoas vão a restaurante, e restaurante paga ISS. A parcela que o Município recebe de ICMS é 6% do que o Estado arrecada de ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Estamos enriquecendo o Estado então, Sr. Secretário?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Eu acho que nem a Fórmula 1 paga a conta.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual o melhor evento? Parada Gay é mais forte? Para mim, qualquer movimento que arrecade para a Cidade é importante. A razão é que a Parada Gay traz milhões de pessoas para cá e não tem de fazer investimento nenhum, porque usa a estrutura existente da Cidade. É importante para a receita. A Fórmula 1 aporta investimentos. É preciso gastar. Na Parada Gay não se gasta nada, só recebe. Só gasta com operação do próprio dia: segurança, CET.

O SR. CELSO JATENE – Cumprimento e agradeço a presença do Sr. Secretário. Durante muitos anos, o ingresso da Fórmula 1 tinha isenção de ISS, além do dinheiro que a Prefeitura colocava. O ingresso do Carnaval, que é feito pelas pessoas da Cidade, não tinha isenção de ISS, por exemplo. Demoramos muito tempo para conseguir igualar isso, pela isenção e não pela cobrança.

Quando o Secretário começou a falar sobre o investimento na Cidade, que passa a ser mais conhecida mundialmente, por um instante eu achei que era o Caio Carvalho que estava falando. Fui convencido totalmente pelo Caio Carvalho em relação a isso.

Na minha opinião – e já dei essa opinião antes de a Fórmula Indy chegar –, se quiser fazer o evento em São Paulo, vem e faz, mas não recebe nenhum por isso. Eu não me lembro de cabeça quando estamos investindo nesses dois eventos, mas é algo em torno de 50 milhões, não é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CELSO JATENE – Mais de 50 milhões.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Não, na Indy nem teria. Na Indy deve ter sido gasto talvez uns 20 a 30 milhões, aproximadamente; e na Fórmula 1 talvez uns 30 milhões. Então deve dar uns 60 milhões os dois eventos. Se você for pensar em divulgação da Cidade, em quanto se gasta em termos de divulgação da Cidade, com a intensidade que a Cidade é divulgada nesses dois eventos, talvez você tivesse que pagar por divulgar a cidade de São Paulo, as oportunidades que existem na cidade de São Paulo, você teria um ganho. Estou sendo claro? Eu vou fazer uma campanha publicitária, vou usar os veículos de comunicação – rádio, televisão, jornal – para poder divulgar. Talvez eu gaste mais do que...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A divulgação seria parte da receita. Considerando o tempo de exposição de mídia, estaríamos ganhando, é isso?

R – Não, o tempo de quanto eu gastaria para ter aquela exposição de mídia.

P – Pois é, é o que eu estou dizendo. A exposição da Cidade na mídia tem um custo. Considerando esse custo...

R – Eu acho que nós gastaríamos mais do que os 60 milhões.

P – Para divulgar.

R – Hoje estamos gastando, fazendo as obras necessárias para fazer a Fórmula 1, as obras necessárias para a Fórmula Indy...

O SR. CELSO JATENE – É que, na verdade, Sr. Secretário, é uma despesa obrigatória, porque publicidade você faz quando você tem recurso para fazer. Se você não tem recurso para fazer, você não faz. Mas quando você faz um compromisso com um evento desse porte, aí você tem que ter o dinheiro para colocar.

Eu só estou dizendo tudo isso para me posicionar, porque eu realmente sou contra, porque eu não considero esse retorno tão positivo para a Cidade, em relação ao investimento. Enchem as churrascarias, a gente sabe, principalmente pelos europeus que são das equipes de Fórmula 1. Enchem as churrascarias por causa da fatura, do rodízio, e tal, mas o retorno

para a Cidade, na minha opinião, é muito menor do que o investimento feito. E são eventos que envolvem uma quantidade de dinheiro muito grande. São todos eventos muito profissionalizados. Todos os pilotos ganham muito, as marcas. E o nosso dinheiro é tão minguido, é tão difícil cobrirmos todas as nossas necessidades, principalmente as necessidades sociais da nossa cidade, que eu realmente considero um desperdício esses 60 e poucos milhões usados nesses dois eventos de corrida.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, vou prosseguir abordando os gráficos que preparemos.

Quanto o Município tem em caixa, hoje, por fonte de recursos? O senhor tem esse quadro pronto, Sr. Secretário? Quanto temos em caixa hoje? Nós, digo o povo, porque o dinheiro não é meu, é do povo.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Posição de 22 de novembro: 6 bilhões e 785 milhões de reais, dividido em várias fontes. O senhor que eu discrimine as fontes?

P – Eu gostaria.

R – Nesse quadro aí, estamos colocando a disponibilidade de recursos no dia 22/11, a sua composição: fontes 00, 01, 02, até 08, Administração Direta e Indireta, num total de 6 bilhões e 785 milhões.

Dos três bilhões e 360, nesse quadro ao lado, à direita, nós estamos colocando onde eles serão aplicados. Desse valor, temos ainda restos a pagar de 2010, de 32 milhões; temos despesas empenhadas e ainda não liquidadas no valor de três bilhões e 916; temos despesas liquidadas e ainda não pagas no valor de 343 milhões; temos um saldo ainda não comprometido em 22/11...

P – Perdão, Secretário: onde o senhor leu “despesas empenhadas e não liquidadas”, o senhor falou “três”; são 2 e 916, é isso?

R – Isso. E o saldo ainda não comprometido de 68 milhões de reais – ou seja, esses recursos poderão ser empenhados até 31/12/2011.

Então essa disponibilidade de recursos – três bilhões e 360 – é para garantir a execução dessas despesas que estão no quadro ao lado.

A Fonte 02 é essa forma de composição: recursos vinculados, cuja forma de aplicação já está estabelecida. A Fonte 01 é proveniente das operações de créditos, e só podem ser executadas nas próprias operações de crédito. A Fonte 04 é composta exclusivamente por recursos do Fundeb, que só podem ser aplicados na área da educação. A Fonte 05 é composta por recursos das operações urbanas, que montam 1 bilhão e 406, cujas operações têm suas origens detalhadas no quadro, e, logicamente, a vinculação da sua aplicação. A Fonte 08 também está aí com a origem dos recursos detalhada: são recursos vinculados para o atendimento de determinadas despesas.

Vereador, isso, às vezes, as pessoas olham o saldo financeiro da Prefeitura e dizem: ‘Olha, tem seis bilhões e 700, então tem muito dinheiro, pode gastar’. Então eu sempre gosto de não apenas informar o saldo financeiro, mas também as destinações desses recursos, para evitar entendimentos por vezes equivocados, de que estamos com recursos em caixa, segurando recursos para fazer outras aplicações que não aquelas estabelecidas no orçamento da Prefeitura.

P – Nós fizemos um estudo a respeito disso, Secretário, e vamos debater agora.

Só um parêntese, Sr. Secretário: na Fonte 08, na planilha que o senhor enviou, o fundo de saneamento foi um fundo que esta Casa criou, capitaneada – sempre gosto daquele que eu ajudei a puxar... tomado o Governo do Estado, e o senhor estava lá no Governo do Estado. Ficou bravo porque trouxemos o fundo do saneamento para cá.

R – Eu não.

P – Ficou bravo, que veio junto para cá, para gastar do lado de cá. Voltou atrás do recurso.

R – Não, não. Aliás, sobre esse ponto é importante eu fazer um esclarecimento.

Eu fui presidente da Copasa, Companhia de Saneamento de Minas Gerais, e nós

fizemos o acordo com Belo Horizonte, onde criamos um fundo de saneamento e aportamos recursos a esse fundo. Inclusive todos os equipamentos... esse modelo que foi feito aqui em São Paulo é muito semelhante ao que foi feito na Copasa. Bom, eu saí da Copasa e vim aqui para a Prefeitura. Queria fazer a mesma coisa em relação à Sabesp. Infelizmente, passamos dois anos discutindo esse assunto com a Sabesp e não obtivemos êxito, porque o Estado, àquela época, em especial a Sabesp, criou inúmeras dificuldades para que isso pudesse acontecer. Saímos daqui e fomos para o Governo do Estado; e, do outro lado, facilitamos as coisas. Ou seja, retiramos aquela resistência que havia no Estado para fazer o acordo com a Prefeitura, que foi muito bem conduzido pelo lado da Prefeitura e da Câmara – em especial da Câmara.

P – Eu sei que eu fui duro, Secretário.

R – Porque o projeto foi enviado para cá, e o nosso Vereador Milton Leite foi a pessoa que negociou com a Sabesp, e muito bem.

P – Fui duro com eles, mas em nome do Tesouro Municipal. A propósito, Secretário, quanto entrou do Fundo Municipal nesse ano de 2011? O balanço da Sabesp está batendo? O senhor, que é especialista em balanço. Vou começar a olhar um pouco mais o balanço dessa S.A. Bastou a gente firmar um contrato com o SUS que ele começou a ficar meio estranho. A parte de comportamento de receita da cidade de São Paulo começou a nos chamar a atenção. Quais as parcelas que foram pagas esse ano? O senhor tem esses dados? O que foi repassado, do Fundo, para a cidade de São Paulo?

R – Trezentos e oito.

P – Até agora, 308?

R – Contando com o do ano passado...

P – Não, tem mais uma parcela ainda.

R – Só esse ano: 308.

P – Entra a última em novembro?

R – Trezentos e oito milhões.

P – Aí o período de dezembro se paga o ano que vem?

R – Isso. Do último trimestre paga no ano que vem.

P – A diferença... pega do período trimestral, porque não incide...

R – Outubro, novembro e dezembro.

P – Não, o trimestre é diferente do trimestre de janeiro a dezembro. Ele pega a incidência do início, não é isso? Do início do contrato.

- Manifestação fora do microfone.

R – A última é em novembro. Então de novembro já ingressou. Então este ano foram 308 milhões de reais. Não vai ingressar mais nada além dos 308, é isso?

P – Não tem mais uma parcela para chegar agora?

- Manifestação fora do microfone.

P – Qual foi o valor da última parcela?

- Manifestação fora do microfone.

P – Quanto?

- Manifestação fora do microfone.

P – Agora, né?

R – Novembro.

P – Então está bom. Eu acho que é pouco 308. A minha expectativa é de que deve dar um pouquinho mais ainda. Mas, de qualquer maneira...

R – Você sabe que nós botamos no orçamento 320 milhões de expectativa.

P – É, não foi muito longe não.

R – E deu 308.

P – Não foi gasto ainda. Está dentro das previsões.

R – Desses 308 milhões ainda tem um saldo de 26 milhões.

P – Eu vi lá. De 26 milhões que o senhor tinha ainda. Agora entrou esse valor. Eu

não sei se está sendo considerado esse último valor.

R – Não, deve estar.

P – Já está considerado?

R – Quando ingressou o recurso?

P – Agora.

P – Que dia ingressou esse recurso?

- Manifestação fora do microfone.

R – É, pode ser que ainda não esteja computado. Mas o saldo hoje é de 22,6.

P – Secretário, fizemos um estudo aqui. Sempre outubro a... janeiro a outubro, porque os empenhos... dos empenhos, menos o liquidado. Em 2005, o senhor empenhou... em outubro, só tinha... o empenhado: 11. O senhor liquidou 9.800. E assim tem esse quadro todo. Há dois picos estranhos no comportamento dos empenhos e das liquidações.

Um em 2011: o senhor empenhou 23 e só liquidou 19. E um pico no ano de 2007.

O senhor estava na Prefeitura esse período?

- Manifestação fora do microfone.

P – Final de 2006?

- Manifestação fora do microfone.

P – Já estava no Estado. Por que tem esse pico, essa diferença aqui? Até outubro, de 17,1 empenho sobre liquidado; e se há uma eficiência do liquidado... os valores liquidados. Se o senhor sempre liquida esse valor no final. Nós notamos que não liquida 100%. Então o que acontece? Por que nós estamos com esse pico de 17,1 até outubro, Secretário? A que se deve isso? Pode usar o quadro, por favor.

R – Olha, eu imagino que nós estamos com um grande contingenciamento orçamentário. Então você está contingenciamento; ou seja, não está permitindo que o orçamento seja empenhado por indisponibilidade de recurso. Então o nível de liquidação em relação ao empenhado, por contingenciamento, que não permite que seja empenhado, é maior

do que em anos anteriores.

P – Mas o senhor empenhou e não liquidou, então? Porque empenhado foi.

R – Não, o liquidado foi mais. O comportamento é maior do liquidado em relação ao empenhado.

P – O senhor tem 17 aqui. Está com 83 de retenção. É o maior pico; é o inverso. É o empenho sobre o liquidado.

R – Não, aqui é o liquidado sobre o empenhado.

P – É, por isso que eu estou dizendo.

R – O liquidado é menos.

P – Então, mas o liquidado é menor. O liquidado é sempre menor. Então o maior pico que nós temos aqui é de 17%. Em 11, eu estou com um pico de 17.

- Manifestação fora do microfone.

P – Não, o empenhado e o liquidado. O que o senhor liquidou e o empenhado. Então o senhor tem lá empenhado...

R – O liquidado que é 17, não é?

P – Ah, liquidado são 17?

R – É.

P – A diferença, 83, é o que o senhor desembolsou.

R – Bom, precisaria ver, porque o orçamento é muito grande. Precisa ver. Mas eu prometo apurar isso daqui e encaminhar.

P – Nós fizemos um gráfico aqui, e aponta na mesma direção...

R – Agora, fique tranquilo que, em 2007, não era eu. O senhor poderia dizer: “Olha, o seu comportamento de 2007 é igual em 2011”.

P – O senhor está preocupado com 11, né? Eu preciso saber quem fez em 2007, porque 11 é o senhor. Secretário, tenho em mãos um gráfico em que o senhor pode observar que sempre nesse período nós temos o pico do comportamento. Agora que o pico... se o

senhor observar no ativo financeiro nosso, nós sempre temos um delta maior. Veja que nós temos as coisas sazonais: todo janeiro, pico, pico, pico de arrecadação no gráfico; chegamos aqui em janeiro de 2011, novamente, com o senhor, e ele vem todo aqui para baixo, estranhamente. Mas deu um pico em tudo para cima no período de janeiro a abril. O que aconteceu nesse período, Secretário, em ativo, passivo e saldo financeiro? De repente ele estava aqui e deu uma subida. Ele vem no comportamento final, em 2010, estabilizado, ele desceu em janeiro e subiu novamente num pico para 2011. Mas aí foi todo mundo junto: um subiu e o outro subiu evidentemente atrás. O senhor estrangulou as receitas e as despesas, e apareceu a receita tudo atrás, porque subiu um e subiu outro atrás. De janeiro a abril.

R – É, aqui tem comportamento semelhantes. Se você olhar os anos...

P – Aqui está correto. O estranho está aqui mesmo, nesse período.

R – Um comportamento semelhante.

P – Não sei se o senhor entendeu aqui. Aqui tem um comportamento atípico, aqui está normal, nos mesmos períodos ele vem com comportamento tipicamente, digamos assim, similar, próximo um do outro, tanto no ativo quanto no passivo e obviamente no saldo. Aqui é que ficou diferenciado, neste período.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Aí tem que ver de onde você retirou essas informações, porque elas podem...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sempre no portal da Prefeitura.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Porque ela pode ter saído de problemas que ocorreram no início deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Que natureza?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– De implantação do novo sistema de orçamento. O novo sistema de orçamento começou a gerar inúmeras informações equivocadas que geraram balancetes financeiros e orçamentários publicados de forma equivocadas, que foram consertados apenas em julho ou agosto, que mostravam comportamentos inadequados

de ativo financeiro e passivo financeiro. Mostrou durante aproximadamente cinco ou seis meses no decorrer do primeiro semestre de 2011, por conta, exatamente... Todos esses balancetes são extraídos automaticamente do sistema no SEO. Eles não estavam considerando baixas em relação à disponibilidade financeira da Prefeitura, o que levou significativamente o ativo financeiro. Mas eu posso verificar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu vou passar para o senhor para dar uma olhada.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Posso lhe adiantar que provavelmente isso ocorreu em virtude de equívocos no levantamento, da extração dos dados. A extração estava correta.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A alimentação que estava errada?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– O problema é que ele não trazia a baixa em relação à execução daquela disponibilidade financeira. Chegou a aparecer disponibilidade financeira de dez bilhões de reais quando nunca existiu essa disponibilidade financeira na Prefeitura. A disponibilidade financeira da Prefeitura sempre girou nessa casa de seis bilhões. Se você pegar pelo balancete financeiro, você observa dez bilhões, oito bilhões, sete bilhões. Isso jamais aconteceu. Eu gostaria até efetivamente que tivesse acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É exatamente esse pico aqui, Secretário, de dez bilhões. Aqui no gráfico está, numa depuração do gráfico, em abril o senhor tinha 10,631 contra 11, e o ativo quanto à aplicação financeira. Aí abril e maio o senhor tinha nove. O senhor vê um pico estranho aqui, observe, Secretário, o senhor tem três dados estranhos aqui, 8,96 contra 6,10, em março, em abril o senhor tinha 10,630 contra 6,111; 9,290 contra seis, ou seja, aí depois, de repente, de dez, em dois meses mergulhou para seis, e puxou para sete e estabilizou em seis aqui. Aí o senhor está aqui, chegou onde o senhor falou, 6.785. Esse aqui, esse pico sazonal é que o senhor não conseguiu identificar.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Está errado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Errado?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Errado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então o senhor depois explique para nós. Nos envie o que houve de errado, porque a Prefeitura, pelo menos em tese, não deveria errar. Se o senhor admite publicamente que está errado...

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Está errado. O sistema extraiu a informação errada e foi publicado erroneamente. Tanto é que nós corrigimos depois a informação. O balancete orçamentário e financeiro estava errado. Isso que aconteceu. Eram provisórios. Já fora publicados os definitivos? Janeiro e fevereiro já foram.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas ficou lançado?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Janeiro e fevereiro já foram republicados.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A pergunta minha é a seguinte, isso é possível de ser ratificado *pró-rata* lá para trás? Será ratificado então? Esse número de dez, oito, nove, esse pico estranho será corrigido?

Você vem com uma nota técnica corrigindo isso. É isso?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Se não é o Subsecretário do Tesouro o responsável.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não faz mal. É que o senhor está convalidando a palavra deles.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Mas eu acho que é importante depois mandar e até explicar o motivo pelo qual essas publicações saíram erradas. Eram dados provisórios extraídos do novo SEO que agora estão sendo consertados. Desculpa do SOF(?)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, no orçamento de 2012 – eu vou começar de 2012 – nós verificamos, eu vou preparar um quadro para o senhor que nós achamos 484 milhões que, a menos que o senhor venha detalhar com a memória da evolução da receita fiscal real, nós estamos aqui com uma conta que está dando 484,5. Nós apuramos

despesas de 3.724 contra uma receita lançada de 4.208. Eu vou passar o senhor, porque essas são receitas que estão tendo, em tese, uma “sobra”, aspas. Eu estou pedindo neste momento para o senhor detalhar a memória de cálculo e a evolução da renda mensal, porque isso pode ser, assim como o senhor está admitindo que houve um erro em um ponto, eu não estou dizendo que isso esteja consolidado, eu estou dizendo que nós identificamos, a priori, essa diferença das receitas. Eu vou pedir, dizendo que não é necessário manifestação agora, que tenha uma manifestação na segunda porque se houver esses números, considerando o aperto que nós temos aqui, a demanda, é possível que depois, na segunda nos falamos até por telefone, para depurar se isso procede, ou não, e qual é a justificativa para tal.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Eu posso esclarecer, mas depois vamos mandar em detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu prefiro que mande em detalhes porque está sobrando 408 e eu estou ávido para gastá-lo.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Veja, você tem várias operações de crédito e uma delas é com o Tesouro. Essa que é com o Tesouro Nacional você tem um limite de pagamento do serviço da dívida que é 13% da sua receita corrente líquida de 12 meses anteriores. As outras dívidas, dívidas que temos com o BNDES, dívidas que temos com organismos internacionais e outros nacionais, como Caixa Econômica, não tem limite de pagamento de 13%. Então, o que nós pagamos de dívida é mais do que os 13%, mas nós vamos detalhar isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Por isso que pedi para o senhor. O senhor precisa detalhar a memória de cálculo que gerou essa diferença aqui.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– E os outros estão por fora. Mas eu gostaria de ter sobra, mas, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, no final da gestão, o quanto o senhor pretende deixar em caixa? Já tem um quadro visual da projeção? O senhor está

trabalhando no orçamento e agora ele implica o final da gestão no ano que vem. O senhor tem uma projeção disso? O senhor está fechando o orçamento agora.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– O que nós gostaríamos de deixar em caixa são os recursos suficientes para pagamento dos restos a pagar. A Prefeitura tem que aplicar adequadamente os recursos, a Prefeitura não existe para receber esses recursos e deixar em caixa. O objetivo é transformar esses recursos em benefício da população. Então o que vamos deixar em caixa, que nós gostaríamos de deixar em caixas é exatamente os recursos suficientes de restos a pagar. Eventualmente nós podemos deixar outros recursos além daqueles de restos a pagar, oriundos de quê? Oriundos de recursos vinculados. Nós temos lá, por exemplo, um bilhão e 400 das operações urbanas. O senhor pode gastar nas operações urbanas, se não tiver licitação feita, contrato feito, obra em andamento e execução de obra relativa àqueles um bilhão e 400 eles vão ficar no caixa. Então, recursos vinculados ficam. Vocês podem observar que de um bilhão e meio que passou de um exercício para o outro, de superávit financeiro, são recursos vinculados a determinadas operações. São recursos da saúde, da educação e tal, e recursos de operações urbanas que não podem ser utilizados de outra maneira.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, nessa mesma perspectiva, o seguinte, na fala inicial do senhor o senhor mencionou o seguinte, o quadro do ano que vem é horrível, do PIB de 4,1 já estamos indo para 3,5, da Selic o Governo Federal está baixando, está reduzindo bastante, preocupado em estimular o serviço, mesmo com nível de emprego elevadíssimo que temos hoje, o nível de contratação das empresas deste mês foi um dos menores que nós tivemos de desemprego nos último três anos, que foi publicado recentemente – ontem. Acho que a atividade econômica não está tão ruim. Não sei se se dá por conta do Natal, que estão tendo essas contratações, de qualquer maneira o Governo Federal está mergulhando a Selic, não sabemos se ele vai chegar a oito, sete e meio no final do ano, o que estimula, na verdade, um crescimento. O senhor está dizendo aqui que nós estamos

trabalhando com 3,5 e aí o senhor tem um vetor de 3,5 numa direção e na outra o senhor vem com viés de crescimento de orçamento de 19.3. Isso não preocupa, Secretário, um pouco? Nós estamos aumentando as receitas, só que o senhor está dizendo: “Estou tendo problema de receita”, o senhor nos aterroriza para não gastar a mais, para não mexer no orçamento. O senhor, primeiro, dá um susto enorme e depois vem a receita e diz que vai de 35 para 38, o senhor está aumentando aqui em 19,3 as receitas correntes da Prefeitura, fora as transferências, ou seja, estou elevando o orçamento de 35, que o senhor achou que foi subestimado, ou por um motivo ou por outro não confirmado, e por volta de quatro bilhões em 2011, o número que o senhor deu. Eu sempre adoto os números do senhor como verdadeiros. Então, os quatro que o senhor deu, nós estamos fechando com 31. Na verdade, eu estou trabalhando, a oscilação é de 19, de 31 para 38, daí o número 19. A pergunta para o senhor: não assusta? Podemos ficar tranquilos com o comportamento da receita? Nós chegaremos a esses números, Secretário? Quais as fontes que nós temos aqui para chegar a esses valores todos aqui?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Como eu falei inicialmente, nós temos inúmeras incertezas. Nós fizemos a proposta orçamentária e começar a fazer em julho, entregamos em setembro a proposta orçamentária dentro daquele quadro que falei, com expectativa de crescimento da economia, o crescimento mais forte da economia e não com crise econômica mundial. Então a crise, logicamente, pode afetar, pode afetar várias das receitas aqui colocadas, várias das estimativas aqui colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Um parêntese, Secretário, eu pergunto, então, que será o mês do Natal, o senhor deseja retificar esses números, modificá-los? Deseja que a Comissão de Finanças modifique esses números a maior ou a menor? Há uma preocupação? A pergunta é se o senhor mantém esses números ou o senhor entende que seria prudente baixá-lo um pouco?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Eu mantenho esses número, por que?

Porque você tem a possibilidade, que é o que vamos fazer no mês de janeiro, de fazer contingenciamento nas despesas de tal forma que a gente analise o comportamento da receita. Se o comportamento da receita se mostrar extremamente ruim em relação à previsão orçamentária, não vamos gastar. Então isso é o que estamos fazendo inclusive no orçamento de 2011. Você tem lá um orçamento de 35.6 com uma expectativa de gasto de 31.8. A diferença está contingenciada, se tiver receita, se não tiver receita não gasta.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se houver e se não houve.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Essa é a ideia. Vai haver crise? Qual a intensidade da crise? Eu não sei. Nenhum o Ministro Guido Mantega sabe, nem a Primeira Ministra da Alemanha sabe. Então essa é uma questão que não tem previsão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Primeiro Ministro Zapatero, que dizia que sabia, saiu.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– O que a gente sabe é que estão se trocando grande dirigentes do mundo inteiro por conta de crises que estão ocorrendo em seus países. Eu espero que não ocorra no Brasil o que está ocorrendo com intensidade em vários outros países.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor não compraria títulos da dívida pública de Portugal hoje?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO– Não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Uma consulta grátis. Eu não tenho título da dívida pública de Portugal. Boa hora de investir, de comprar lá. Quem tiver dinheiro, comprar lá é bom. Não sei quanto o velho continente suporta.

Secretário, então, essa é uma receita. Aí, Secretário, nós vamos então um pouco ao Orçamento em si, algumas rubricas que o senhor enviou e autorizou para nossos.

Por exemplo, na Operação Urbana, o senhor disse que temos de ser criativos de saber utilizar a peça orçamentária. O senhor esteve do outro lado do balcão, lá no Governo do

Estado.

Temos uma qualidade de transporte coletivo que é fantástica, na cidade de São Paulo, que se chama Metrô.

Se o Prefeito falar: "Precisamos realmente fazer o metrô na cidade de São Paulo e vamos aqui fazer operação urbana". Lá não tem muito onde investir a não ser um dos principais investimentos, o Metrô, estou correto, Secretário?

Vamos votar dois milhões lá no Metrô. É o que o Prefeito diz: "Vamos dar dois milhões para o Governo do Estado, de Metrô".

Não sou contrário a dar, mas eu pediria troco. Nessa mesma rubrica, eu pediria troco. O que é? Temos obrigação, por exemplo, com o Monotrilho de M'Boi Mirim. Se estamos fazendo uma PPP - nós, digo, o governo, sempre o povo, aqui falamos em nome dele -, por que não "linkar"? Porque não podemos transferir o dinheiro, Secretário, da Operação Urbana Faria Lima para o Metrô da M'Boi Mirim ou para o Metrô ou para o Monotrilho, ou, por exemplo, para a canalização do Córrego Ponte Baixa.

Mas podemos fazer uma parceria com o Governo do Estado: "Damos dois bilhões e o senhor bota 1 bi em Monotrilho lá", porque ele tem o livre arbítrio de poder usar as receitas deles. Isso não seria bastante criativo, Secretário? Em nível de gastos, pouparíamos uma PPP neste momento, naqueles 5,5 primeiros quilômetros, que demandam o ponto mais crítico da Cidade. O Governo do Estado estaria ganhando 2 bilhões e estaria participando de duas obras. O Governo Municipal teria duas obras, porque teria a expansão...

- Risos e manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu teria... Deixe-me complementar. O mesmo poderia ser feito no Corredor Celso Garcia, Secretário, porque, deixe-me dizer, eu citei um. Por que estou citando M'Boi Mirim, que é o ponto mais crítico? Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu teria... Deixe-me complementar. O mesmo poderia ser feito no Corredor Celso Garcia, Secretário, porque, deixe-me dizer, eu citei um. Por

que estou citando M'Boi Mirim, que é o ponto mais crítico? Basta ligar o SPTV da Rede Globo todo dia de manhã que vocês vão ver. Quer saber o ponto onde há o maior caos da cidade de São Paulo, o maior estrangulamento? É lá em M'Boi Mirim. Não é na Celso Garcia. Não tenho nenhum problema em fazer um câmbio, uma troca com o Governo do Estado. O que não podemos - e isso é o que vou defender aos Srs. Vereadores: "Por que tenho de dar 2 bilhões para o Metrô e não receber nenhum troco?". "Olha, o senhor me dá um troco de 1 bilhão, pelo menos de 1 bilhão em alguma obra, porque não há vinculação de receita", considerando que o senhor foi um dos melhores instrumentos legais de arrecadação para o Estado - que, até onde eu saiba, está batendo na casa de 30 bilhões de dinheiro em caixa - e, com um pouco investimento, esse mesmo quadro Empenho / Receita lá, o número está absurdo. Lá o senhor colocou uma eficiência na receita, fantástica: aumentou a receita.

Todas aquelas vezes, Vereador Netinho, quando votamos aqui, eles votaram, o meu filho votou na Assembleia lá. Deu um pico na arrecadação, só que a despesa não está sendo feita. Então, nós aqui, o Município, vocês todos aqui, vamos dar 2 bilhões ao Metrô, nós todos, aqueles que moram em São Paulo. Estou aqui usando a mesma lógica que usei no Projeto de Lei da Sabesp: "Por que vou dar, se não posso receber algo em troca". Já disse isso ao Prefeito Kassab, mas vou insistir nisso, vou pedir para que a Câmara construa isso: nós damos esse dinheiro ao Metrô, "linkado", votamos o Projeto Faria Lima, nós pedimos o troco, algum investimento que o Governo do Estado pode dar. É um meio de gastarmos o dinheiro da operação urbana, Secretário, em outra área, porque daria uma folga financeira. Estou dando um exemplo clássico para o senhor. O senhor vai ter de gastar dinheiro no Córrego Ponte Baixa, já tem receitas do Governo Federal.

Então, vamos abrir a rubrica, permitindo que esse recurso seja feito. Vamos trabalhar para construir esse acordo. O senhor pode eventualmente falar: "Então, aqui, no Governo do Estado, no Governo Municipal, nós vamos abrir a Fonte 02 para uma rubrica de um real, se o senhor puder. Fica autorizado, então, a fazer um eventual convênio e dizer: "Governo

do Estado, o senhor me bota algum dinheiro, que vai me pagar a conta e o senhor sai da contrapartida". Isso vou registrar em lei aqui para que o senhor tenha folga financeira.

Olha, vamos imaginar que eu, pessoalmente, tenho dúvidas sobre os 19,3. Mas não sou de contrapor os pontos do Executivo, a menos que haja convencimento, como houve em 2011. Fizemos uma análise crítica e acertamos naquilo que mexemos.

Agora, na questão da Operação Urbana, aqui o senhor fala que temos de ser criativos. A Câmara, neste momento, está sendo criativa. Vou buscar o apoio de outros Parlamentares e duvido de que haja Srs. Vereadores que não concordem com uma proposta dessas.

Por que, então, outras fontes? Nós damos 2 bilhões: "Sr. Governador, está aqui, vamos ofertar 2 bilhões ao Governo do Estado, vamos fazer isso aqui vinculado. O senhor recebe, desde que o senhor, lá na outra ponta, firme convênio e nos dê o dinheiro aqui" para que o senhor tenha mais folga financeira. Vamos sair de alguns apertos, alguns ajustes, esses 2 bilhões. Vamos imaginar que... Não sei qual o equilíbrio.

Gostaria de eu conversar com o Governador Alckmin, como eu negocieei com a Sabesp. Ele ia sair com um real a mais e olha lá para dizer que ganhou e eu daria por satisfeito. Dou 2 e receberia 1.999 do Tesouro. Ah, daria, porque ficaria difícil. A cidade de São Paulo não tem esse dinheiro. O senhor conhece melhor do que ninguém a dívida para darmos 2 e não recebermos nada. Estou inconformado, ainda que isso se dê ao longo do tempo. Podemos travar isso de forma percentual: para cada real que entre, o senhor aplica tanto nessas obras.

O exemplo que estou dando é do Monotrilho. Podemos construir a PPP do Monotrilho em M'Boi Mirim e outros, ou corredores, qualquer outra fonte que a Câmara assim entender, mas que seja vinculado. Gostaria até de ouvir o Vereador Jatene, que é da Comissão, a respeito dessa abertura de parceria com o Governo do Estado, porque não sei se, em algum momento, vocês pensaram isso. Nós darmos aqui, só podemos gastar lá, o nosso

engessamento, aqueles que nos acompanham na internet: o Município só pode gastar o dinheiro da operação urbana no orbital da operação urbana, qual seja, dentro do perímetro circunscrito. O Metrô da Faria Lima está lá. Então, temos de gastar dentro do Metrô da Faria Lima. Mas o Governo do Estado pode gastar o dinheiro que ele deixará de investir na Faria Lima, poderá gastar em igual moeda em outros locais. Esse é um mecanismo legal e sustentável que estamos dando para a Cidade. É aquilo que o senhor gosta de fazer, utilizar o recurso que temos.

Então, vamos trabalhar um pouco nessa direção. Pediria o auxílio do senhor até na redação, se nós compusermos dessa forma, de nós irmos aos cofres do Governo do Estado, que o senhor o largou bem gordo lá. Eu só fico triste porque não está gastando em obras do povo (?).

(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Esse Secretário é o melhor, nunca vi coisa igual para arrecadar. Um dia, se o senhor sair da Prefeitura, contrato o senhor na minha empresa, porque não é possível.

Tem a palavra o nobre Vereador Jatene.

O SR. CELSO JATENE – É lógico que eu não poderia perder aquela brincadeira, por causa do exemplo que V.Exa. deu...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CELSO JATENE – ... Mas também sou a favor que tem de haver uma contrapartida.

Quero aproveitar, um pouco fora da nossa discussão do Orçamento, perguntar, só por curiosidade, a opinião do Secretário, que já esteve aqui, foi Secretário do Estado e voltou para cá, o senhor deve conhecer bem o custo da gestão do Metrô. Sabemos que o Metrô foi uma Empresa que nasceu municipal e, num determinado momento, no começo da sua vida, foi para a gestão estadual e ficou lá e que, se tivesse a gestão do Município, talvez tivesse aí, pelo

menos, dezenas de quilômetros a mais construídos, porque é uma das prioridades do nosso Município e não é uma das prioridades do Governo do Estado - isso estamos cansados de saber. Então, só como opinião, depois que V.Exa. responder a pergunta do nobre Vereador Milton Leite, o que o senhor acha em relação a essa questão de gestão do Metrô.

O senhor não acha que se a gestão do Metrô fosse municipal hoje a cidade estaria sofrendo muito menos com transporte coletivo?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Eu acho que, primeiro, a questão colocada é a otimização de recursos. Eu acho que fazer essa discussão com o Estado é extremamente salutar, de trazer recursos...

O SR. PRESIDENTE (MILTON LEITE) – Só um aparte. O senhor adotou isso como ideia, como princípio?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (MILTON LEITE) – Gostou?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO – Gostei. Porque hoje a responsabilidade em relação à execução do Metrô, ampliação e manutenção do Metrô é do Estado, não é da Prefeitura. Agora, em nenhum país do mundo se construiu metrô sem ajuda do Governo Federal, ou entrando diretamente na construção, ou aportando recursos na construção e jamais aqui em São Paulo se aportou um real que fosse, a fundo perdido, para o metrô da cidade. Acho que essa que deveria ser a grande reivindicação, porque se o Estado... Obra do metrô é muito cara, ela custa aproximadamente 450 milhões de reais por quilômetro de metrô construído, incluindo aí os trens e todos os sistemas, que são alocados. Custa 450 milhões de reais. O monotrilho custa algo em torno de 170 milhões de reais o quilômetro construído. O metrô, logicamente, transporta muito mais do que o monotrilho. O metrô é uma solução para grande cidades como São Paulo. Mas a solução para a questão dos transportes não é só o metrô. O metrô é extremamente importante, mas tem sistemas de ônibus e outros meios de transporte também são importantes para a cidade de São Paulo. Acho que a grande

reivindicação precisa ser feita é para aporte de recurso do Governo. Como o Vereador Celso Jatene bem coloca, a única cidade que não está recebendo, no Brasil, é São Paulo. Todos os outros metrô, seja metrô de Salvador, de Belo Horizonte, de Porto Alegre, de Recife, de Brasília, todos esses sistemas têm aporte de recursos a fundo perdido do Ministério das Cidades para o metrô. Tem também linhas de financiamento. Aqui só vem dinheiro para a gente para pagar. Tem aporte de recurso do BNDES, mas financiamento do BNDES, da Caixa Econômica, para a linha um do monotrilho, mas é tudo recurso reembolsável, é um empréstimo que está sendo tomado de instituição financeira e tem que retornar. Eu acho que o movimento que precisa ser feito, o movimento político na Câmara, na Assembleia é de reivindicar de fato que o Governo Federal aporte recursos, como vem fazendo em outras cidades do Brasil e como o mundo inteiro faz, não se construiu metrô no mundo inteiro que não tivesse aporte do Governo Federal. Só com recurso do Estado vai fazer nesse ritmo que, inclusive, foi intensificado muito a partir de 2007, porque em 2007 nós retomamos a capacidade de fazer operações de crédito. Então não só ampliamos as receitas tributárias, mas também geramos receitas oriundas de operações de crédito, nós conseguimos autorização para fazer 15 bilhões de reais em operações de crédito. Desses 15 bilhões, aproximadamente oito ou nove foi no Metrô. Por isso que está se fazendo linha 4, linha 5, linha 6, monotrilho, tudo isso são recursos oriundos de operações de crédito com contrapartida do Estado. Mas ainda é insuficiente. É importante que haja um aporte de recursos. Esse tem de ser o grande movimento.

Complementando a minha resposta para poder chegar ao que é melhor, Estado ou Município, eu acho que se estivesse no Município seria pior. Pior porque a capacidade de investimento do Município é pior do que a do Estado. A situação é pior porque teríamos a responsabilidade de fazer e não teríamos os recursos para fazer. Hoje o Estado tem recurso para fazer várias obras. Não tem para fazer tudo o que precisa ser feito. Daí precisa de aporte da União.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, nesta mesma linha, estamos

falando que o Município está incrementando diversas PPPs. Estamos propondo PPP para o monotrilho. O Metro a 450 milhões por quilômetro se paga em quantos anos com a tarifa?

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) - Não se paga porque os investimentos do Metrô não são feitos com recursos do Metrô. Os investimentos do Metrô são feitos pelo Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Coloquei mal. A tarifa do Metrô, a receita dele quando entra em caixa, em quantos anos ela faria frente a esta despesa? Daí um eventual financiamento desse valor. Vou construir um quilômetro de Metrô, quero 450 milhões de reais emprestados. Vou ao banco e quero 450, tenho a receita paga ou ela não cobre?

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) - Não paga. A receita do Metrô é insuficiente para cobrir todas as despesas. O Governo do Estado ainda aporta recurso ao Metrô a título de cobertura das gratuidades, de tal maneira que equilibre receitas e despesas. Então, o Metrô não tem recurso para fazer investimento. Quem faz investimento é o Estado. Aportando recursos ao Metrô, por intermédio da constituição e aumento de capital para fazer o investimento. É o que a Prefeitura está fazendo também. Cortando recurso do Metrô, constituição de aumento de capital para fazer o investimento. A tarifa que hoje é cobrada do usuário não é suficiente para alavancar os investimentos que precisam ser feitos. Ou alguém aporta recurso ou não se faz investimento no Metrô. Isso vale para Metrô, para CPTM, para o sistema todo. Ou transporta ou não tem investimento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, na pasta do Bucalem há uma rubrica de 90 milhões de reais para a feira, a 20 x 20. o Polo de eventos mundiais em Perus, não, Pirituba. Fiquei com uma dúvida com relação a esta receita. A primeira é indicação da Secretaria. Essa não é uma secretaria-meio? Por que estamos com dinheiro para desapropriar? Por que estamos com uma rubrica de 90 milhões na Secretaria de Desenvolvimento Urbano? Para pagar desapropriação ou parte da desapropriação daquele terreno de 5 milhões, com 204 alqueires da região. Por que está naquela secretaria meio e não

fim. Não deveria estar em uma Secretaria de desenvolvimento e trabalho?

Foi uma rubrica que não entendi. Por que os srs. fizeram constar na pasta desta secretaria esta rubrica e quanto custará essa obra a longo prazo.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – Infelizmente não tenho todas as informações para lhe dar. Tenho algumas informações. As despesas oriundas das desapropriações ficam em secretarias próprias. Por exemplo, tinha no orçamento da Secretaria de Finanças, por exemplo, para 2011, por exemplo, 25 milhões de reais para desapropriação de um prédio para desocupação da Secretaria de Finanças na Boa Vista. Não aconteceu, já cruxificaram os gerentes que foram remanejados.

As dotações para desapropriações não ficam concentradas em uma unidade administrativa. Ficam distribuídas nas unidades que, de fato, querem a desapropriação. Os de educação ficam na educação e assim por diante. Acredito que, por conta disso, esses recursos estão alocados ao orçamento dessa secretaria.]

Esses 90 milhões de reais são recursos para iniciar processo de desapropriação da área para construção de novo centro de exposições, chamado Piritubão mega projeto de um grande centro de exposições.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Para esses 90 milhões são quantas parcelas?

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – Eu não sei qual é o montante de desapropriação estabelecido. Não tenho esta informação para lhe dar, mas já ouvi falar de vários números.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor ouviu falar de vários e eu não ouvi falar de nenhum. Quanto o senhor já ouviu falar. Dê o menor e o maior.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) - Já ouvi falar de 300 milhões , de 400, de 200. O montante de recursos necessários à desapropriação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só a desapropriação. Só a terra. Não corre o

risco de chegar a um bilhão? São 204 alqueires de cinco milhões. Se fizermos uma conta de português, vamos aproveitar só a metade, 2,5 milhões e 2,5 milhões o metro quadrado, são 102 alqueires, como queira, a 400 reais o metro, após mudarmos o zoneamento, teria um milhão de metros quadrados, aproveitáveis, porque depois que mudo o zoneamento, tem majoração do custo de metro quadrado. Eu não entendi a lógica. Preciso entender a lógica financeira da Prefeitura. Até quanto a mudança do zoneamento. Por que estou dizendo isso. Quando mudar o zoneamento dele, vamos fazê-lo, está em debate, estou autorizando uma tipicidade de construção diferente. Estou valorando a área. Daí o cidadão que vai lá ser desapropriado, parece que a Polícia Militar, a Companhia City e outros contribuintes da Cidade vão dizer o seguinte: "Não, isso valia tanto antes, nomeie-se um perito para avaliar a área. Ele vai fazer uma avaliação sob a égide da nova legislação urbana que estou dando. O novo perfil urbano. Não seria o contrário? Desapropriamos, primeiro pago, já que não tem fim próprio, em uma valoração menor, antes de a peritagem ser feita, haverá uma peritagem, tenho pouca dúvida disso, depois mudamos o zoneamento. Estou mexendo em um quorum qualificado agora em que em que estou elevando, para pagar para esses órgãos, elevando. Por que falar em 400 milhões, 500. Se levarmos a 400 reais o metro depois da mudança, estamos falando em 4 a 2,5 dá um bilhão de reais. Se for na atual Lei de Uso e Ocupação do Solo mais de 50 o metro quadrado. Essa conta pode chegar em cento e poucos milhões, tudo. A lógica do contribuinte é um pouco diferenciada. Peço que o senhor leve isso ao Governo até para uma avaliação estratégica nossa. Aqui havia um planejamento estratégico nesta operação. Por que tenho de mudar agora e não depois? Depois da peritagem?

É isso, Secretário, é só uma consideração porque os recursos, como o senhor vê, são difíceis e o senhor, como eu, tem preocupação com a Receita. Não com a sua eficiência. Mas já busquei cerca de 320 este ano e passou o ano. Desconta do ano que vem. Vamos pedir a revisão do balanço da Sabesp que vai dar mais. Só pedir a revisão. O senhor sabe disso. Se pedir a revisão e a incidência sobre a capital de São Paulo. É só dar um ajustinho que eles vão

mandar uma parcelinha extra para nós. A sua equipe é boa. Olhe bem os cofres gordos do Estado que o senhor deixou lá. Pense nisso e olhe no balanço da Sabesp. Dá para buscar um pouquinho mais. Aquele balanço pode ser um pouquinho mais generoso, principalmente na distribuição da parcela. Vocês que são de lá olhem bem: falam a mineração de todos os dados que vocês têm, da Capital e Interior, Sabesp no balanço deles que vocês vão entender o que estou dizendo. Eles estão maquiando para a menor. Estou afirmando publicamente isso. Estão tirando a rentabilidade da Capital e jogando no Interior dizendo o seguinte: só verificar a incidência da Capital que o senhor vai ver que eu tenho razão naquilo que falo. É um pouquinho a menor.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – Vou instruir o Rogério Seron para apurar isso e verificar se tem de fato, não diria maquiagem no balanço.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Maquiagem, não. Equívoco!

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – Até porque, como é uma empresa de capital aberto com ações negociadas em bolsa, num novo mercado acho difícil ter maquiagem no número global.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, nos números globais não! Há incidência.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – A forma de composição da sua receita, o que é receita auferida no Município de São Paulo e do que é auferido em outros municípios, acho que vale uma avaliação. Se houver alguma dúvida vale até uma auditoria para verificar isso. Pode isso estar ocorrendo. É um ótimo alerta ao qual agradeço o Vereador. Vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E essa que eu coloquei do Piritubão é consistente, Sr. Secretário?

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – É consistente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não podemos cometer equívoco dessa

natureza.

Secretário, temos diversas dúvidas para as quais utilizarei a via dos assessores para otimizar o tempo.

Não vou esticar. Registro publicamente uma coisa: estou preocupadíssimo com esses 19,3% Mas, como o senhor disse, acredito na eficiência da arrecadação do senhor, que esses 19,3% a maior se incidir sobre o 31, pessoalmente, fico preocupado. Respeito mas fico preocupado. Não sei se teremos sucesso nisso. São os 19,3% de acréscimo, elevando as receitas do município de 11 para 12. Será o último ano de fechamento. Obviamente o senhor vai usar aquele instrumento.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – São 19,3% em relação à estimativa de receita deste ano. Não em relação ao Orçamento que é de 6,8%.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor disse que não confirma a receita então, um é expectativa e outro é fato. Em cima do fato real teremos essa majoração de 19,3% que é um acréscimo real. O outro é expectativa. O senhor está indo em cima de fatos reais.

Temos muitos detalhes a discutir mas são pormenores que até a confecção da peça final, esses 485 com uma melhor clareada e depois voltamos a falar com o senhor porque precisamos dos recursos para as emendas parlamentares e alguns remanejamentos que precisamos fazer.

Restou uma pergunta. Um repórter me perguntou hoje, por conta das notícias que estão nos jornais, da Controlar, saíram indagando: Por que a Secretaria no começo do ano, nós, a Câmara, indicamos uma série de receitas. A Câmara vai lá e retira os recursos, baixa decreto e retira esses recursos. Depois devolve, para as mesmas atividades. Eles me perguntaram da estranheza desse movimento da Prefeitura. Eu disse: não sei, deve ser por conta da expectativa. Não significa que ele pode congelar. O senhor pode congelar as modificações que a Câmara Municipal fez e, via de regra, retira as modificações que se fez do orçamento. Temos instrumento legal para impedir isso. Queremos um esclarecimento a

respeito desse movimento. Não vou citar para não ficar estranho, mas está ficando estranho, nos últimos anos colocarmos a receita e o Governo vai lá e tira e depois põe de novo. Qual é o interesse em se fazer isso, se depois se coloca de novo, se o instrumento legal para ter um movimento transparente seria congelar. Mantém-se a receita e depois congela. Baixa-se decreto, usando os 15% que damos para retirar. Aí é o que está causando estranheza. Eles querem que as empresas vão lá pedir para colocar dinheiro? Estou dizendo que não sei, quem responde é o Governo. Pergunte ao Governo. A Câmara Municipal se sentiu desconfortável com isso.

Que fique registrado publicamente que a Câmara Municipal está extremamente desconfortável com isso. Talvez ela adote os instrumentos legais deste ano, deixo claro, pois não fazemos nada que não seja público, de impedir os remanejamentos. As modificações que foram feitas têm de ser respeitadas! Esse movimento estranho não fica bem para a sociedade. A ponto de jornalista vir me perguntar por que está mudando dinheiro, tira, depois coloca de novo e depois executa. Limpa todos. Notou-se no movimento do de 2011 uma limpa na movimentação financeira. Os técnicos eficientes viram: aqui está o dinheiro que a Câmara Municipal colocou a mais. Tira tudo. Decreto. Depois vai colocando a conta-gotas. O conta-gotas até entendo porque é execução orçamentária. O senhor tem de pagar. Só não entendi por que tira e coloca de novo. Poderia congelar. É a mesma rubrica e congela. Na mesma linha que o senhor adotou. Entendo como um desrespeito ao Legislativo esta posição. Digo mais: quanto aos orçamentos dos valores dos parlamentares devo sentar com o senhor na segunda feira para verificar e discutirmos as modificações. Tem as emendas, há diversas demandas, como poderemos trabalhar dentro do orçamento, o que poderemos mexer. É um orçamento que preocupa. Não dá para fazer com um acréscimo de 19,3%. Estou externando uma preocupação pessoal. Vamos fazer em conjunto. Vamos movimentar um bilhão, 400, 500, seja lá o valor que for, mas vai ficar. Aí a Câmara Municipal vai congelar este ano. Das emendas dos senhores parlamentares vou pedir que não façam aquele regime que o Malufinho faz:

apresenta aqui e depois de apresentado modifica o ano inteiro. Ele apresentará o definitivo aqui. Fica transparente. Põe na Internet. É definitivo. Ele indica o projeto atividade e coloca se colocou mal, se colocou bem, executa-se. O que não pode é colocar aqui e depois vai lá e modifica. Daí vira notícia de jornal.

Apresentou a emenda é definitivo.

Peço aos Srs. Parlamentares que indiquem o projeto atividade em definitivo. Para evitar essas modificações durante o exercício. Já se sabe o projeto para onde vai. Escolham suas prioridades e gastem os recursos das emendas parlamentares em definitivo. Estabeleça um cronograma de desembolso. Se tem licitação ou não tem é para essa equipe excelente capaz de identificar essa movimentação.

Mais alguma consideração, Secretário.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – Essa questão que fizemos, como falei inicialmente, foi um grande contingenciamento de recursos em face das incertezas consignadas na proposta orçamentária. Tivemos de fazer esse contingenciamento de mais de 5 bilhões de reais que correspondeu, aproximadamente, a 17% do orçamento. Foram feitos vários ajustes no Orçamento de tal forma que pudesse cobrir.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Desculpe, Secretário, eu faria o mesmo em qualquer orçamento. Nunca serei Secretário de Finanças porque nunca exercerei função executiva. Mas congelaria, de cara, 20%. Até o mês de julho 20%. Vou gastando. Do mês de julho em diante vou vendo o que acontece. Se o senhor congelou 17 acho que foi pouco. Estou falando publicamente. Mas gaste-se o resto. Estabeleça o piso financeiro e toca para a frente. A prudência do senhor é altamente sustentável. Especialmente sendo em 2012.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – Precisamos depois ver quais são os casos específicos de saída e de entrada, para conversarmos na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Estarei lá na segunda-feira. Leve o quadrinho com o senhor.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – A gente senta e vê. Vê o que aconteceu. Outra questão importante que se colocou em relação às emendas parlamentares, é importante que se tente construir em conjunto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com o senhor! Vamos construir em conjunto.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – De tal maneira, logicamente dentro das possibilidades do orçamento, de tal forma que consigamos fazer emendas parlamentares que possam ser executadas em face da questão que é a disponibilidade de recursos para isso. Não adianta colocar 5 bilhões a mais no orçamento de tal maneira que faço um monte de emendas de 5 bilhões que não se consegue executar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Por isso que não vou negociar com o senhor.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – Então se tentar dizer “dá aqui”, “não dá ali”, “dá menos do que se imaginou”, mas com a certeza da execução. Acho que é algo melhor para todos. É uma sugestão de conduta. Estamos lá à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Segunda-feira ao final do expediente é a data limite minha.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – Terça-feira estou em Brasília. Na quarta estou lá.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com o chapéu na mão.

O SR. SECRETÁRIO (Mauro Ricardo Machado Costa) – Infelizmente é assim que funciona no Brasil: chapéu na mão com o Governo Federal.

Agradeço a oportunidade e estamos aí à disposição. Os técnicos de vocês juntamente com nossos técnicos podem coletar todas as informações complementares para esclarecer os números em relação à Proposta Orçamentária de 2012 e eventuais dúvidas que ocorram ou que ainda persistam em relação à execução de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, muito havendo a discutir, mas os nossos técnicos com os técnicos do senhor. Temos de finalizar isso no máximo até segunda ou

terça-feira porque não teremos tempo hábil tanto de um lado como do outro para a conclusão dessa Peça Orçamentária.

Resta saber o seguinte: com relação à proposta do projeto de lei para Operação Urbana Faria Lima poderemos votar nesse caso, com o substitutivo, uma vinculação da Receita. O governo do Estado saca o Metrô se pagar isso pode ser feito. Só poderá ser utilizada no Metrô a operação urbana. Mas ele saca o Metrô se der a contrapartida. Vamos discutir na Casa. Peço que o senhor acrescente esse elemento e uma arrecadação que, em sendo possibilidade de receita, sei que o senhor cuidará muito bem dessa redação. Para que possamos acrescentar ao projeto de lei. Tentando buscar esse dinheiro a mais para procurar atenuar e liberar os investimentos na Cidade. Teremos dois já no começo do ano. Tem o monotrilho da M´Boi Mirim porque lá é o ponto mais crítico para a população da Cidade. O senhor pode vinculá-los à Ponte Baixa Zarvuvus, que é crítico, falta dinheiro e terão de liberar recursos. Poderemos socorrer um pouco desse dinheiro ao Governo do Estado. É uma oportunidade que o Governo do Estado pode ganhar assim como o Município.

Está encerrada a presente audiência pública agradecendo ao Mauro Ricardo e sua equipe. Boa tarde.

